

'Tô nem aí', diz Tarcísio sobre críticas à polícia

Declaração foi feita depois de ONGs denunciarem Operação Verão, na Baixada Santista, a Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. 'Pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta', desafiou o governador

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ontem que não está "nem aí" para as denúncias feitas contra a Operação Verão, realizada pela polícia na Baixada Santista desde 18 de dezembro. A ação já levou à morte de 39 pessoas que teriam se envolvido em confrontos com a PM. A declaração de Tarcísio foi uma resposta à iniciativa da ONG Conectas e da Comissão Arns de denunciar a operação na 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, também ontem.

— Sinceramente, temos muita tranquilidade sobre o que está sendo feito, então o pessoal pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí — afirmou o governador após a divulgação de ações para apoio a mulheres no Palácio do Bandeirantes, em evento onde também estava o secretário de Segurança, Guilherme Derrite, que vem sendo questionado pela atuação da polícia na Baixada.

Tarcísio disse que os agentes que participam da operação são "uma turma profissional" que está dando o máximo, dando a vida para nos proteger. Até este mês, a polícia prendeu 825 pessoas e apreendeu 580 quilos de drogas na Baixada Santista. Os números são semelhantes aos resultados obtidos nas operações feitas na mesma época do ano em 2023, 2022 e 2021.

A Comissão Arns e a Conectas criticaram as "operações letais e escalada da violência policial na Baixada Santista", em Genebra. "O governador promove atualmente uma das operações mais letais da história do estado", afirmou Camila Assano, da Conectas, na denúncia entregue à ONU.

Tarcísio disse que muita



Ataque como defesa. Tarcísio como secretário de Segurança, Guilherme Derrite: "nossa polícia é profissional, e querem colocar na posição de criminosos"

"bobagem" é falada sobre o trabalho da polícia na Baixada Santista, citando a captura de líderes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital na região como exemplo da eficácia da operação.

— Parece que a gente quer que o Brasil vire um narcos estado. A gente vê cada bobagem que é falada: "a polícia não está fazendo investimento no policiamento ostensivo". Conversa. Quando você sabe onde está o crime, e a prisão do Nego Boy, do Samurá do PCC, da Japa do PCC? A nossa polícia é extremamente profissional, e toda hora querem colocar na posição de criminosos — reclamou.

RELATOS DE TORTURA
Moradores da região já relataram ao GLOBO torturas, execuções e fraudes pela Polícia Militar, entre outras violações de direitos humanos, durante a Operação Verão.

As denúncias fazem parte de um relatório elaborado pela Ouvidoria da Polícia, parlamentares e ONGs, enviado ao Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (Gaesp), do Ministério Público de São Paulo. Na quarta-feira, o grupo divulgou que motoristas de ambulância do Samu na Baixada Santista eram instruídos por policiais a transportar a hospitais pessoas que já estavam mortas, o que seria uma forma de atropelar a perícia. O Gaesp abriu uma notícia de fato para investigar o caso.

Na quinta-feira, o ouvidor da Polícia, Claudio Silva, reiterou que operações na Baixada Santista representam "cenário de massacre e crise humanitária". No dia 16, a Defesa Civil Pública, a Conectas e o Instituto Vladimir Herzog já haviam pedido à ONU o fim da operação e a obrigatoriedade do



Central. Policiais descobriram que PCC tinha câmeras em vias públicas

uso de câmeras corporais pelos policiais militares.

Tarcísio afirmou que o estado irá investigar as denúncias de excessos de policiais na operação, que foi reforçada em fevereiro, após a morte de um soldado da Rota durante um patrulhamento de rotina em Santos. Mas ressaltou que o governo não foi comunicado de irregularidades em ações policiais.

— Tem uma denúncia,

nós vamos investigar. Mas precisamos de fato saber o que realmente aconteceu — declarou.

CÂMERAS DO CRIME
Uma das denúncias feitas contra PMs da Operação Verão foi a de destruição de uma câmera de vigilância em frente a uma comunidade em Guarujá, no mês passado. As imagens registradas pelo equipamento foram divulgadas nas redes

"Temos muita tranquilidade sobre o que está sendo feito, então o pessoal pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí"

"A gente vê cada bobagem que é falada. A polícia não está fazendo investimento no policiamento ostensivo. Conversa"

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo

sociais, mas os agentes que inutilizaram o aparelho alegaram que ele era usado por criminosos.

Na quinta-feira, a Polícia Civil desativou em São Vicente uma central de controle de 13 câmeras que seria usada pelo PCC para controlar pontos de tráfico de drogas em Santos. A central clandestina foi descoberta quando agentes da 1ª Delegacia de Investigações Criminais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) cumpriram 10 mandados de busca e apreensão contra a facção na Baixada Santista. As câmeras estavam instaladas em postes na Zona Noroeste de Santos.

Três homens foram presos e um menor apreendido durante o cumprimento dos mandados. O homem responsável por acompanhar as câmeras para avisar da chegada de policiais, preso em flagrante, era procurado pela Justiça por não ter voltado ao presídio após a saída temporária, segundo a Secretaria de Segurança.

STF tem maioria contra indenização por bala perdida

No plenário virtual, ministros rejeitam tese de que sem comprovação da origem do disparo a responsabilidade seria do Estado

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na noite de ontem para rejeitar a obrigação do Estado de indenizar famílias de vítimas de balas perdidas em operações policiais, caso não seja possível comprovar a origem do disparo. Até o fechamento da edição, apenas o ministro Nunes Marinho ainda não havia depositado seu voto no plenário virtual, na análise do pedido de compensação de parentes de um homem morto em 2015 no Rio. O julgamento tem repercussão geral, e assim, deve servir de parâmetro para casos similares que cheguem aos tribunais.

A decisão contrariou o posicionamento do relator da ação, ministro Edson Fachin. Ele havia votado para que, quando não houvesse uma perícia que afastasse a possibilidade de que o tiro teria partido

agentes de segurança, a responsabilidade pela morte ficaria com o Estado, a quem caberia dar a indenização. Mas os ministros Alexandre de Moraes, André Mendonça, Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Luiz Fux divergiram do relator, assim como o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso. Gilmar Mendes, Carmen Lúcia e Rosa Weber, que já se aposentou, concordaram com Fachin.

DIVERGÊNCIAS
Para Moraes, a responsabilidade do Estado pressupõe que tenha sido comprovado que a bala tenha partido de algum policial. O posicionamento foi acompanhado por Fux, Mendonça, que havia pedido vista para analisar a



questão, votou para que a indenização estatal fosse concedida, mesmo sem uma perícia confirmando a origem do disparo. Mas o pagamento seria possível desde que as circunstâncias mostrassem ser plausível que o tiro tenha sido feito por um agente de segurança pública. A orientação foi seguida por Dias Toffoli.

Zanin chegou a reconhecer que a perícia inconclusiva é suficiente para afastar a responsabilidade do Estado. Mas considerou que, no caso específico analisado no julgamento, não houve nenhum registro de operação policial que pudesse atribuir ao Estado a possível responsabilidade pela morte por bala perdida. O posicionamento foi se-

guido por Barroso. O caso analisado pelos ministros foi o da morte de Vanderlei Conceição de Albuquerque, aos 34 anos, em 2015, na Favela da Maré, na Zona Norte do Rio. A família entrou na Justiça com um pedido de indenização da União e do Estado do Rio, por danos morais, ressarcimento das despesas do funeral e pensão vi-

talícia. Os parentes alegaram que Vanderlei havia sido atingido durante um tiroteio entre traficantes, uma força de pacificação do Exército e policiais militares.

RECURSOS

O pedido foi rejeitado na primeira instância e, depois de um primeiro recurso, o Tribunal Federal da 2ª Região negou que tenha ficado comprovada a responsabilidade dos PMs ou do Exército pela morte. Por isso, afastou a responsabilidade do Estado no caso. A família recorreu ao Supremo para tentar reverter a decisão. A alegação, no recurso, foi a de que, como o parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição determina que o Estado deve responder objetivamente por danos causados por seus agentes a terceiros, não era necessário saber a origem da bala que matou Vanderlei. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, concordou com a tese, alegando que era obrigação estatal, em operações policiais, "preservar a vida e a segurança dos moradores da região impactada".



Voto vencedor. Fachin foi o relator do caso e defendeu o pagamento.

OSTEIN/IMAGO/2-2023

Comprovação exigida. PM em operação no Rio onde morreu em 2015 gero ação que foi analisada pelo Supremo